

A DESTRUIÇÃO DOS RESTOS DA DESTRUIÇÃO:

POMPEIA E HERCULANO NO MUSEU NACIONAL DO
RIO DE JANEIRO

ANITA CORREIA LIMA DE ALMEIDA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua na Linha de Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH – UNIRIO), dedicando-se à pesquisa no campo da História dos Desastres.

E-mail: anita.almeida@unirio.br

RECEBIDO

30/04/2024

APROVADO

11/06/2024

DOI

<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v19i37p13-34>

A DESTRUÇÃO DOS RESTOS DA DESTRUÇÃO: POMPEIA E HERCULANO NO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ANITA CORREIA LIMA DE ALMEIDA

RESUMO

Pertencentes à Coleção Teresa Cristina, peças de Pompeia e Herculano faziam parte da exposição permanente do Museu Nacional quando a instituição foi destruída pelo incêndio devastador de setembro de 2018. Aqueles restos materiais das cidades romanas soterradas pelo Vesúvio em 79 EC, afrescos, joias de bronze, amuletos, vidros, lamparinas e outros objetos da vida cotidiana tinham permanecido debaixo de grossas camadas de material eruptivo por quase dois mil anos. Resgatados em sucessivas escavações arqueológicas ao longo dos séculos XVIII e XIX e, afinal, musealizados, eles retornavam às cinzas, agora do incêndio. A história da formação desse acervo se vincula ao Segundo Reinado por estreitos nexos políticos. Assim, o que se pretende é olhar para a longa trajetória dessas peças, buscando examinar os usos simbólicos de que elas foram objeto no Rio de Janeiro oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arqueológico. Acervo museológico. Incêndio.

THE DESTRUCTION OF THE REMAINS OF DESTRUCTION: POMPEII AND HERCULANEUM AT THE NATIONAL MUSEUM OF RIO DE JANEIRO

ANITA CORREIA LIMA DE ALMEIDA

ABSTRACT

Belonging to the Teresa Cristina Collection, pieces from Pompeii and Herculaneum were part of the permanent exhibition at the National Museum when the institution was destroyed by a devastating fire in September 2018. Those material remains of Roman cities buried by Vesuvius in 79 CE - frescoes, bronze jewelry, amulets, glass, lamps, and other objects of everyday life - remained under thick layers of eruptive material for almost two thousand years. Rescued in successive archeological excavations throughout the 18th and 19th centuries and, finally, made into a museum, they returned to the ashes, this time from fire. The history of the formation of this collection is linked to the second reign by close political links. Thus, what we intend to do is look at the long trajectory of these pieces, seeking to examine the symbolic uses to which they were subject in nineteenth-century Rio de Janeiro, Brazil.

KEYWORDS

Archaeological heritage. Museum collection. Fire.

1 INTRODUÇÃO

[...] os três amigos seguiam aquela via ladeada de sepulcros que, em nossos sentimentos modernos, seria uma lúgubre avenida para uma cidade, mas que não oferecia os mesmos significados tristes para os Antigos [...]. A arte embelezava aquelas últimas moradas [...]. Era o que fazia, sem dúvida, que Max e Fábio visitassem, com uma curiosidade alegre e uma feliz plenitude de existência que não teriam tido num cemitério cristão, aqueles monumentos fúnebres tão alegremente dourados pelo sol [...]; sentaram-se no hemiciclo do triclínio dos repastos funerários, rindo como herdeiros.

Théophile Gautier. *Arria Marcella, Lembrança de Pompeia* (1852)

Na última cena de *O Ateneu* (1888), romance de Raul Pompeia, um incêndio devastador finalmente destrói a instituição que tinha ocupado o centro da narrativa, o terrível colégio interno. “Por toda a parte caíam escórias incineradas, que a atmosfera flagrante repelia para longe como folhas secas de imensa árvore sacudida” (Pompeia, 1999, p. 279). A frente do edifício “apresentava o aspecto mais terrível” (*Ibid.*, p. 280), enquanto de seu interior, “como das entranhas de um animal que morre, exalava-se um rugido surdo e vasto”. Pelas janelas, “sem batentes [...], sem vidraça, estaladas, carbonizadas, via-se arder o teto; desmembrava-se o telhado, furando-se bocas [...] para a noite” (*Ibid.*, p. 281). Assim, Aristarco, o cruel diretor do colégio, é obrigado a assistir ao “desastre universal” dos esforços de uma

vida, contemplando o aniquilamento de seu microcosmo laboriosamente construído e subitamente transformado em pilhas de ruínas:

aparelhos de cosmografia partidos, enormes cartas murais em tiras, queimadas, enxoalhadas, vísceras dispersas das lições de anatomia [...], lascas de continentes calcinados, planetas exorbitados de uma astronomia morta, sóis de ouro destronados e incinerados... (*Ibid.*, p. 284).

Quando Raul Pompeia, no desfecho de seu romance, quis dar ao colégio a destruição mais completa de todas, ele escolheu o incêndio. Não foi à toa. Segundo Gaston Bachelard, em *A psicanálise do fogo* (1949), a morte nas chamas é a mais radical que existe, é uma “morte cósmica, em que todo o universo se aniquila com o pensador” (Bachelard, 2008, p. 29).

No início da noite de 2 de setembro de 2018, um domingo, enquanto o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, era tomado pelas chamas e dezenas de funcionários, pesquisadores, professores e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) corriam para o local do incêndio em desespero, era possível assistir ao desastre pela tela da televisão. Um sentimento de perplexidade e de consternação se espalhou não apenas por aqueles cujas vidas estavam diretamente ligadas à instituição, mas também entre o grande e afetuoso público de um dos mais visitados museus do país (Baumann, 2018). Naquele momento, meu pensamento se voltou para as preciosas peças provenientes das escavações arqueológicas das cidades romanas de Pompeia e Herculano¹, um relativamente pequeno conjunto de artefatos frente ao gigantesco acervo da instituição, que eu havia visitado pouco tempo antes para uma pesquisa (Almeida, 2017).

Delicadas joias de bronze, lamparinas, amuletos, um pequeno vaso de vidro verde de três pés e com poucos centímetros de altura, afrescos de um colorido ainda vivo arrancados das paredes de antigos templos, eram todos restos da cidade de Pompeia, destruída no ano 79 da Era Comum (79 EC) pela erupção do vulcão Vesúvio (localizado próximo a Nápoles, na Itália), e podiam ser vistos em salas de exposição no segundo piso do Museu. Essas peças faziam parte da Coleção imperatriz Teresa Cristina, que antes da tragédia possuía algo em torno de 700 itens. Junto a artefatos etruscos,

¹ No século XVIII foram descobertas as ruínas de Herculano (1738), de Pompeia (1748) e, ainda, de Stabia (1749), todas atingidas pela erupção de 79 EC. Nesta última cidade, no entanto, as escavações acabaram não avançando do mesmo modo que nas demais. Ver: Jacobelli, 2012.

gregos e das colônias gregas do sul da Itália, e de outros objetos de procedência romana, integravam a também a chamada Coleção Mediterrânea (Santos, 2018; Rodríguez, 2021).

Aquelas peças de Pompeia, assim como as de Herculano, cidade vizinha, tinham permanecido por quase dois mil anos soterradas debaixo de grossas camadas de material eruptivo formado por fragmentos de rocha, cinzas e gases em alta temperatura que a força da erupção expulsara do Vesúvio naqueles dias (Doronzo *et al.*, 2022). Resgatadas em sucessivas escavações arqueológicas ao longo dos séculos XVIII e XIX – e, afinal, musealizadas – elas retornavam às cinzas, agora do incêndio.

Assim, volta-se àquela fatídica noite de setembro de 2018. Sociólogos e historiadores dizem que todos os desastres, inclusive os chamados “naturais”, são sempre socialmente produzidos (Valencio, 2009). Mesmo um evento como esse não começa no dia em que o incêndio é deflagrado, começa bem antes. Pertencente à UFRJ, o Museu vinha sofrendo com décadas de orçamentos deficitários.

Criado como Museu Real em 6 de junho de 1818, sua primeira sede permaneceu no Campo de Santana até 1892, quando foi transferido para o Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista (Dantas, 2007). Na década de 1940, foi incorporado à Universidade, tendo exercido, assim, um papel central como instituição museal, mas também como referência na pesquisa científica. Três meses antes do incêndio, completara 200 anos. Vivia-se o governo do presidente Michel Temer, a universidade enfrentava severas dificuldades orçamentárias e a instituição parecia destituída de qualquer resiliência para o enfrentamento de um desastre.

A ausência de uma política pública de longo prazo para o Museu, o que afinal decretou sua morte, contrasta com a importância atribuída à instituição no século XIX. A história desse conjunto de peças provenientes de Herculano e Pompeia, e mesmo de toda a Coleção Teresa Cristina, vincula-se ao segundo reinado por estreitos nexos políticos, de que o estado imperial soube tirar proveito. É da trajetória dessas peças – e dos usos simbólicos de que foi objeto – que este texto pretende tratar.

2 VIDA, MORTE E RESSURREIÇÃO DE HERCULANO E POMPEIA

Depois da tragédia de 2018, uma parcela da Coleção Teresa Cristina foi retirada das cinzas, graças aos esforços da equipe do que viria a se constituir como o Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional. Tanto as salas de exposição como a reserva técnica foram submetidas a uma meticulosa busca arqueológica realizada nos escombros. O resultado de todo o trabalho, no entanto, ainda está sendo avaliado. Alguns dos artefatos resgatados permaneciam íntegros; outros, ao contrário, estavam muito danificados, e praticamente todos sofreram, em maior ou menor grau, algum tipo de alteração, quer diretamente pela ação do fogo e dos intrincados processos físico-químicos desencadeados, quer pela água usada na extinção do incêndio, ou ainda pelo colapso de partes da própria edificação. Um caso que pode ser usado como exemplo é o de uma lâmparina de bronze da coleção. O vidro da vitrine em que estava exposta acabou por aderir à peça, numa fusão promovida pelas altas temperaturas atingidas com o incêndio (Rodrigues-Carvalho, 2021). Já os afrescos que ficavam expostos no segundo piso apresentavam danos muito graves, estilhaçados em mais de uma centena de pequenos fragmentos. O par de afrescos de tema marinho – um cavalo e um dragão, com corpos de serpente, ladeados por golfinhos –, identificado como proveniente do Templo de Ísis (em Pompeia), além de severa fragmentação, apresentava alterações na pigmentação escura do fundo, fortemente esmaecida com a força do incêndio. Em junho de 2022, o Museu anunciou a restauração do primeiro desses afrescos, *Dragão e dois golfinhos*, realizada na Itália (Nosso [...], 2022)².

² Os afrescos pompeianos do Museu Nacional tinham passado por restauração em 2004, e houve uma intervenção anterior, em 1918. Ver Lima; Rabello (2007) e Afrescos (2005). Para mais informações sobre os trabalhos de restauração do afresco *Dragão e dois golfinhos* depois do incêndio, ver: <http://www.restituzioni.com/opere/affreschi-dal-tempio-di-iside-pompei/?referrer=68955>. Cientistas procuram avaliar o impacto que a erupção de 79 EC causou na coloração original dos afrescos em Pompeia, (Pérez-Diez *et al.*, 2021).

FIGURA 1

Michele Amadio.
[Pompeia: Templo de
Ísis]. Fotografia [entre
1867 e 1873]. Fonte:
Coleção Thereza
Christina Maria,
Biblioteca Nacional.



Os vestígios arqueológicos de Pompeia e Herculano conheceram, em sua trajetória de séculos, um complexo ciclo de destruição, resgate e restauração. Iniciadas no século XVIII, as escavações nesses sítios seguem até os dias de hoje. Ao longo do tempo, as próprias práticas arqueológicas variaram, assim como os sentidos atribuídos a esses artefatos e, numa acepção mais larga, às próprias cidades (Figura 1).

Em seu livro *Pompeia: a vida de uma cidade romana*, a professora de estudos clássicos da Universidade de Cambridge, Mary Beard, considera que na verdade a cidade teve duas vidas: “uma no mundo antigo propriamente; a segunda na recriação moderna da antiga Pompeia que visitamos hoje” (Beard, 2016, p. 30).

Os turistas gostam de pensar que estão visitando uma antiga cidade romana que foi subitamente congelada no tempo e que, mais tarde, ressurgiu intocada das escavações. Essa imagem foi longamente construída e ecoa em títulos como o do *best seller* do historiador Egon Corti, publicado originalmente em 1940, *Vida, morte e ressurreição de Herculano e Pompeia* (Corti, 1958). Mas, como lembra Mary Beard, a cidade é mais complicada que isso e, de certa forma, também mais instigante. Em linhas gerais, o mesmo poderia ser dito de Herculano. Estudando o ressurgimento de Pompeia no mundo moderno, a autora observa que esse foi um processo gradual e que obedeceu a agências e entendimentos que variaram ao longo do tempo. Evacuada, soterrada, pilhada e escavada, a cidade conserva marcas (e cicatrizes) de vários tipos (Beard, 2016, p. 27).

Por um lado, afirma Beard (2016), é inegável que ela oferece a chance de vislumbrar vidas reais mais do que qualquer outro sítio romano. Para mencionar um dos exemplos mais expressivos nesse sentido, uma visita ao Museu Arqueológico Nacional de Nápoles³ dá ao visitante a possibilidade de observar hoje um pão abandonado no forno em que assava, no exato momento em que a destruição o alcançou. Por outro lado, também é verdade que afinal sabe-se pouco sobre como era a vida por lá e o próprio desastre de 79 EC ainda guarda segredos a serem desvendados pelos pesquisadores.

O único testemunho conhecido da erupção são duas cartas, escritas anos mais tarde por Plínio, o Jovem, e dirigidas ao historiador romano Tácito. As cartas de Plínio deixam entrever que mesmo depois que a gigantesca nuvem de detritos subiu da cratera do vulcão ainda foi possível escapar com vida. Segundo os vulcanólogos, é provável que tenham ocorrido tremores de terra nos meses que antecederam à erupção. Seja como for, muitos conseguiram deixar a cidade, como mostra a contagem de corpos encontrados nas áreas já escavadas, levando à suposição de que algo em torno de duas mil pessoas morreram no desastre. As estimativas para o total de moradores variam muito, mas, na pior das hipóteses, o número de mortos fica próximo de um terço dos habitantes. Isso quer dizer que houve pessoas que puderam fugir, e é possível imaginar que algumas conseguiram carregar seus pertences e até móveis, o que explicaria, por exemplo, as

³ Museo Archeologico Nazionale di Napoli (MANN).

casas tão escassamente mobiliadas encontradas pelos arqueólogos. Muitos indícios mostram, como escreveu a historiadora, que “aquela era uma cidade em fuga” (Beard, 2016, p. 22).

Outro elemento que complica ainda mais essa ideia de uma cidade cuja vida normal fora interrompida bruscamente é a ocorrência de um forte terremoto em 62 EC, 17 anos antes da erupção vulcânica. Revelado pelas escavações, um par de relevos encontrado no altar doméstico da casa de um banqueiro deixa ver edifícios trepidantes, em intensa oscilação, no que se acredita ser uma representação do tremor. Segundo Tácito, grande parte da cidade ruiu, o que talvez explique o fato de diversos edifícios estarem passando por obras em 79 EC, provavelmente numa tentativa ainda de reparar os estragos causados pelo desastre de 62 EC. Não é impossível que na altura do terremoto alguns moradores tenham abandonado definitivamente suas casas.

Logo depois da erupção vulcânica devastadora começaram as tentativas de cavar túneis através dos escombros, provavelmente feitas pelos próprios sobreviventes, com o objetivo de recuperarem seus pertences, mas também por saqueadores e caçadores de tesouros. Em algum momento mais tarde, a cidade foi esquecida até que começasse a ser escavada por levas de arqueólogos, a partir de meados do século XVIII (Giacomelli; Scandone; Rosi, 2021). As escavações sucessivas, sobretudo as dos primeiros tempos, cobraram um preço alto, assim como os bombardeios aliados em 1943 e, finalmente, mas não menos importante, o turismo de massa. Enquanto os conservadores do sítio arqueológico lutam para mantê-lo em boas condições, as pesquisas seguem em contínua renovação. Um exemplo é a discussão travada em torno da data exata da erupção e como ela ganhou novos contornos graças a um achado recente.

As cartas de Plínio, o Jovem, ficaram conhecidas graças ao trabalho de copistas medievais. Na primeira carta, Plínio teria mencionado, segundo a transcrição mais antiga, o dia 24 de agosto como o do início da erupção. Embora essa data tenha se tornado amplamente aceita, ela foi questionada muitas vezes. Vários achados arqueológicos, como vestígios de frutas típicas do outono, vítimas usando roupas de lã ou braseiros já em uso nas casas, apontavam para o fato de dificilmente a erupção ter acontecido no verão, como quis o copista (Doronzo, *et al.*, 2022).

Em 2018 os jornais italianos anunciam a descoberta de uma pequena inscrição numa área de novas escavações, onde aparece uma data que corresponde a 17 de outubro. A inscrição, um frágil rabisco feito com carvão na parede de uma casa em obras, supõe-se ter sido escrita poucos dias antes da erupção, o que ajudaria a confirmar a hipótese de que o desastre de 79 EC teria ocorrido, na verdade, em 24 de outubro, e não de agosto, ou seja, no outono, como as pistas indicavam. Enfim, como escreveu o jornalista do *La Repubblica*: “Pompeia ainda surpreende” (Ferrara, 2018).

Tudo isso mostra o quanto os restos materiais dessas cidades romanas seguem sendo preciosos, onde quer que estejam, para a investigação histórica atualmente, como foram no passado. Eles sempre podem ser confrontados com outras fontes, recebendo assim novas leituras, o que faz com que todas as perdas, grandes ou pequenas, sejam irreparáveis. Isso não quer dizer que fragmentos preservados dessas antigas cidades devam ser considerados como detentores de algum tipo de “pureza”, de restos intocados. Para que efetivamente sirvam como fontes úteis na produção de saber, ainda precisam ser compreendidos, imersos em toda a complexidade que gira em torno das coleções de um museu.

Segundo a muito conhecida proposição do historiador Krzysztof Pomian, quando objetos da cultura material são recolhidos para a coleção de uma instituição museal, eles passam por uma complexa operação. Destituídos de sua função original, ganham uma nova vida, adquirindo assim o incrível poder de tornar visível o invisível (Pomian, 1984).

3 ARTEFATOS DAS CIDADES ROMANAS CHEGAM AO RIO DE JANEIRO

Thomas Ewbank, inglês radicado nos Estados Unidos, visitou o Rio de Janeiro durante alguns meses, em 1846, e escreveu sobre o país. Seus textos foram publicados primeiro na imprensa norte-americana e depois reunidos no livro *Vida no Brasil* (1856). Em sua narrativa, condenou severamente os costumes locais, que julgou marcados por um catolicismo arcaico e por um sistema monárquico preso a velhas tradições portuguesas.

Ewbank considerou mesmo difícil e até impossível que, afinal, o progresso se instalasse plenamente na região de clima tão desfavorável: “Esta uniformidade do calor tropical pode ser propícia à saúde e permitir a vida

até elevada idade, mas creio que também provoca certa lentidão intelectual”. Ele explica: “Existe uma relação evidente entre a meteorologia e o cérebro” (Ewbank, 1976, p. 66)⁴. O autor viajante expressava assim todo o seu apreço pelas teses da inferioridade dos trópicos (Gerbi, 1996). Já da corte, traçou um retrato de cidade tristemente acanhada: “as casas são baixas [...] cobertas com velhas telhas vermelhas. Não se vê uma única porta com [...] argolas ou cordões de campainha; veem-se, todavia, muitas janelas sem vidraça” (Ewbank, 1976, p. 52).

Nas visitas que fez ao Museu no Campo de Santana e ao Palácio de São Cristóvão, no entanto, permitiu-se alguns momentos de admiração pelo que viu. No Museu, destacou “interessantes antiguidades egípcias” (Ewbank, p. 97). Sobre o Palácio, escreveu: “No peitoril de uma janela havia antiguidades de Herculano e Pompeia, enviadas como presentes à imperatriz por seu irmão”. E seguiu: “Todas eram cobertas com uma dura crosta verde, que em um dos vasos estava um pouco raspada, deixando ver por baixo o metal, tão liso e polido quanto um moderno aparelho de chá saído da fábrica” (*Ibid.*, p. 116). De certo modo, sua percepção foi semelhante à dos turistas dos dias atuais, ou seja, aqueles antigos objetos estavam congelados de tal forma que davam a impressão de que os séculos não tinham transcorrido. Eles se ofereciam como uma espécie de máquina do tempo.

É provável que a área visitada, definida como “aposentos do imperador”, fosse o gabinete de curiosidades que se sabe que existiu no Paço de São Cristóvão. Reproduzindo uma prática comum entre os príncipes europeus, D. Pedro II cultivou o hábito do colecionismo, destinando alguns espaços do palácio ao que era chamado de “museu do imperador” (Schwarcz; Dantas, 2008).

Ewbank foi recebido por um cicerone, uma vez que o anfitrião estava fora, em viagem. Sendo conduzido ao laboratório onde eram feitas experiências de ciência e de química, observou:

Conta-se, para sua grande honra, que o jovem imperador aqui passa parte considerável do seu tempo. Gosta de livros e todos admitem que sua moral privada seja irrepreensível (Ewbank, 1976, p. 117).

⁴ Edição original: EWBANK, Thomas. *Life in Brazil*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1856.

Ewbank conhecia as antiguidades romanas a partir de gravuras reproduzidas em publicações populares na época, como os dois volumes dedicados a Pompeia editados em Londres pela The Library of Entertaining Knowledge [Biblioteca do Conhecimento Ameno] (1831-2). Ele cita essas gravuras e as compara com as peças que tem agora diante de seus olhos. Assim, o que se percebe é que aquelas antiguidades, colecionadas por um “imperador ilustrado”, representavam uma esperança de progresso em meio às dificuldades que ele via nos trópicos. Elas estavam ali graças à imperatriz Teresa Cristina e aos estreitos laços familiares que a ligavam a Nápoles, ou, mais precisamente, aos usos que o estado imperial soube fazer desses laços.

Teresa Cristina era filha de Francisco I, rei de Nápoles, morto no final de 1830 e sucedido pelo irmão mais velho da imperatriz, Ferdinando II (Avella, 2014). Com a morte de Ferdinando em 1859, assumiu o seu filho, que viria a ser o último rei das Duas Sicílias, já que pouco tempo depois começava a unificação italiana. Acredita-se que as peças das cidades romanas destruídas pelo Vesúvio tenham chegado ao Brasil em pelo menos dois momentos. Primeiro, como parte do dote de casamento da imperatriz em 1843 e, mais tarde, em 1856, quando um lote de 260 artefatos provenientes do Museu Bourbônico (atual Museu Arqueológico Nacional de Nápoles) foi enviado ao país.

Há registro dessas remessas no Museu napolitano: “Segundo o documento III C5 35 [...] em 22 de junho de 1843 o Rei Ferdinando II presenteou a irmã, futura imperatriz do Brasil, com algumas peças em bronze” (Azevedo, 2018, p. 117). Foram selecionados 13 objetos para serem doados, que seriam restaurados antes do embarque. O envio incluía uma lamparina, peças de um candelabro, uma forma em formato de concha, duas panelas com cabo, um jarro com alça decorada com golfinhos e vários vasos. O museu tratou o assunto como um presente diplomático, semelhante ao que foi oferecido, por exemplo, ao rei da Baviera e ao imperador da Rússia. Assim, quase não resta dúvida de que as antiguidades vistas por Ewbank no Palácio eram as desse primeiro lote, o do casamento, dada a coincidência entre a descrição que o autor fez em seu livro (inserindo inclusive um desenho das peças) e a lista presente na documentação de Nápoles (Figura 2).

FIGURA 2

Ewbank. *Life in Brazil*, 1856, p. 148. Legendas (e comentários do autor): k: candelabro; a, b, c, d, e, g: vasos; i: forma em formato de concha; h: panela com cabo; f: vasilha portuguesa, acrescentada apenas para efeito de comparação; além disso, são citadas no texto uma lamparina e uma segunda panela, não reproduzidas no desenho.



O segundo envio começou a ser negociado entre a imperatriz e o irmão, em 1854. No ano seguinte, “foram selecionados 60 bronzes, 30 vidros antigos, 100 terracotas, 60 vasos gregos pintados e 10 pinturas pompeianas” (Azevedo, 2018, p. 118).⁵ A chegada dos preciosos objetos enviados pelo museu napolitano foi saudada na corte. Sem mencionar a imperatriz, em janeiro de 1857, o *Jornal do Commercio* publicou uma nota sobre as últimas aquisições do museu do Rio, destacando a novidade que já estava circulando

⁵ Havia quatro afrescos pompeianos no acervo do Museu Nacional antes do incêndio; não se conhece o destino dos demais. Em catálogo publicado em 1870, é mencionada a presença de 260 artefatos da “coleção arqueológica de Pompeia” no acervo do então Museu Imperial e Nacional (Netto, 1870, p. 248-250).

na imprensa, o “magnífico presente de antiguidades pompeianas” doado à instituição por Sua Majestade D. Pedro II:

Os restos das cidades enterradas debaixo das lavas do Vesúvio há cerca de 1790 anos, têm sido recolhidos como se sabe ao real museu Borbonico de Nápoles, o mais rico do mundo neste gênero de antiguidades. Este museu não tem sido pródigo com os outros; porém, graças à alta proteção [de D. Pedro II] acima mencionada, o museu acaba de receber 260 objetos, tais como vasos ítalo-gregos pintados e de terra cozida, vidros, bronzes e pinturas a fresco.⁶

Nápoles foi, tradicionalmente, um importante destino no *Grand Tour*, a viagem considerada indispensável na formação dos jovens das elites europeias. Com o ressurgimento de Herculano e Pompeia, no entanto, o interesse pelas ruínas da antiguidade alcançou o que a escritora inglesa Rose Macaulay chamou de “ponto de embriaguez” (Macaulay, *apud* Salgueiro, 2002). Assim, no Rio de Janeiro oitocentista, muitos anos antes do casamento de D. Pedro com a imperatriz Teresa Cristina, os leitores já tinham amplo acesso à história das cidades soterradas pelo Vesúvio (Almeida, 2017). Em dezembro de 1818, a *Gazeta do Rio de Janeiro* escreveu: “As pesquisas em Pompeia continuam a produzir um número considerável de bronzes antigos. Ultimamente se achou um Apolo de admirável estrutura” ⁷. No ano seguinte, o leitor do jornal foi informado das tentativas para que fosse encontrado um meio de ler os rolos carbonizados de mais de mil manuscritos resgatados naquela que ficou conhecida como a Vila dos Papiros, em Herculano⁸.

Na verdade, ao longo de todo o século foi possível acompanhar passo a passo o trabalho nas cidades soterradas. Em novembro de 1864, por exemplo, o *Diario do Rio de Janeiro* noticiou sobre Pompeia: “Nas escavações da célebre cidade [...] fazem-se atualmente novas descobertas”. O lado que acabava de ser escavado “está perfeitamente conservado, e o calçado das ruas é feito com tal perfeição, que Londres ou Paris nada oferecem melhor neste gênero”⁹. Dois anos mais tarde, o mesmo jornal trazia uma extensa

6 Sem título. *Jornal do Commercio*, 23 jan. 1857, p. 2

7 Sem título. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 12 dez. 1818, p. 1.

8 Sem título. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 set. 1819, p. 2

9 Sem título. *Diario do Rio de Janeiro*, 22 nov. 1864, p.2.

matéria descrevendo o método que o diretor das escavações, Giuseppe Fiorelli, havia desenvolvido para preservar em gesso a forma dos corpos das vítimas encontrados nas cinzas. O *Diario* oferece detalhes sobre o que o método proporcionava, como a descoberta do corpo de um leitão que assava no forno, e cita o achado anterior, já mencionado, dos pães carbonizados¹⁰.

Os anúncios de leilões vendendo gravuras de Herculano e Pompeia foram frequentes no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, nos dioramas, cosmoramas e outros engenhos óticos (provavelmente em modelos portáteis) espalhados pela cidade, era possível assistir a um espetáculo do *Vesúvio em erupção*, criado através de um jogo de luz e sombras com as imagens¹¹. Até mesmo o acesso à moda vitoriana das joias fabricadas com material vulcânico não era impossível, como mostra o anúncio publicado no *Jornal do Commercio* em 1974¹²: “Adereços completos de lava do Vesúvio, compondo-se de bracelete, alfinete e brincos, encastoados em ouro de 18 quilates, por preços razoáveis [...]. Vende[m]-se na Rua do Ouvidor, n. 101”¹³

Mas não há dúvida de que com a chegada da imperatriz napolitana o tema tenha alcançado um novo patamar. Teresa Cristina, ela própria interessada em arqueologia, ocupava indiscutivelmente um lugar no coração do verdadeiro frenesi que as ruínas da antiguidade despertavam nesse momento. E esse foi um trunfo que a diplomacia soube explorar. O retrato da imperatriz, que se acredita ter sido enviado ao Brasil na altura de seu casamento, aponta para isso. Nos preparativos para a cerimônia, realizada por procuração em maio de 1843, obedeceu-se ao costume da troca de retratos entre os noivos e os jornais fluminenses noticiaram o envio da imagem do imperador à sua futura esposa em Nápoles, hoje pertencente ao acervo do Museu Imperial, localizado em Petrópolis, Rio de Janeiro¹⁴. O retrato endereçado a D. Pedro trazia o Vesúvio ao fundo (Figura 3), com a coluna

10 Sem título. *Diario do Rio de Janeiro*, 15 dez. 1866, p. 2.

11 Sem título. *Diario do Rio de Janeiro*, 26 out. 1843, p. 1.

12 Sem título. *Jornal do Commercio*, 6 jun. 1874, p. 6.

13 No Museu Nacional havia amostras minerais procedentes do Vesúvio, provavelmente incorporadas ao acervo no século XIX, e medalhões – de Napoleão III (1867) e Vittorio Emanuele II (1868) – cunhados com a lava do vulcão. Ver Fernandes *et al.* (2017). Os medalhões sobreviveram ao incêndio.

14 Sem título. *Minerva Brasiliense*, 15 dez. 1843, p. 7)

FIGURA 3

Retrato de D. Teresa Cristina [c. 1843]. Atribuído a José Correia de Lima. Óleo sobre tela. Fonte: Museu Imperial/ Ibram/MinC.



de fumaça que apresentou com frequência ao longo do século XIX¹⁵. Mais tarde, nas ocasiões em que viajou à Europa, o casal imperial fez visitas a Pompeia e Herculano e subiu ao Vesúvio, o que foi largamente noticiado pela imprensa. Para eternizarem sua visita a Pompeia, em 1888, Pedro II e Teresa Cristina recorreram a um dos mais famosos fotógrafos das ruínas, Georgio Sommer.

¹⁵ Depois de longa inatividade, o Vesúvio despertou nos tempos modernos, com grande violência, em 1631. Ao longo dos séculos XVIII e XIX entrou em erupção em muitas ocasiões. O último evento foi em 1944. Para uma pesquisa iconográfica, ver Ricciard (2009). Logo depois da queda do império, o Vesúvio voltaria às páginas dos jornais, com a morte do líder republicano Silva Jardim na cratera do vulcão, em 1891.

FIGURA 4

Giorgio Sommer
[Pedro II, Teresa
Cristina e comitiva
em visita às ruínas de
Pompeia]. Fotografia
[1888]. Fonte: Coleção
Thereza Christina
Maria, Biblioteca
Nacional.



Voltando às peças de Herculano e Pompeia trazidas ao Brasil, elas acabavam por exercer, assim, uma dupla função no campo do simbolismo político: deixavam ver o gosto refinado do casal imperial pelas ruínas da Antiguidade e pela arqueologia e, ao mesmo tempo, lembravam a todos que o império brasileiro, um empreendimento europeu nos trópicos, era herdeiro desse mesmo passado. Certamente, D. Pedro II não foi o primeiro nem o último imperador a se valer das antiguidades romanas. Napoleão, por exemplo, soube fazê-lo com maestria (Stoiani; Garraffoni, 2021), mas, graças à imperatriz, o país pôde ocupar uma posição privilegiada nesse circuito.

Estudando a tradição do colecionismo, o historiador Dominique Poulot analisou uma época em que a lógica da formação das coleções era a da “glória do príncipe”, até a criação, no século XIX, dos acervos públicos e dos museus modernos na França, quando a ideia de um universo a ser compartilhado por todos os cidadãos de uma nação passou a ocupar um

lugar central (Poulot, 1997). Em meio a esse processo, o império escravocrata nas Américas viveu o seu próprio percurso, e o essencial, como se sabe, não era que os acervos ficassem expostos ao olhar verdadeiramente de todos, como um patrimônio coletivo. Seja como for, o país acabou por formar sua própria coleção desses célebres despojos das cidades soterradas.

4 CONCLUSÃO: VOTOS PARA O FUTURO

Com o incêndio de 2018, uma parcela muito substancial desse precioso acervo, da qual ainda não se conhece o tamanho exato, ficou perdida para sempre. Algumas peças, no entanto, resistiram. Na altura em que foram incorporadas ao Museu, no século XIX, elas já tinham uma longa trajetória. Concebidas como artefatos da vida cotidiana, viveram o desastre de 79 EC e voltaram à luz pelo esforço de várias gerações de arqueólogos. Retiradas de seu sítio original, sofreram restauro, viajaram pelo Mediterrâneo e cruzaram o Atlântico para ocuparem um lugar de destaque na corte do Rio de Janeiro imperial. Então, às muitas e antigas cicatrizes que elas carregavam, acrescentaram-se novas, as da destruição pelo fogo.

Nesse momento em que ainda estão sendo traçados os caminhos que a instituição bicentenária percorrerá no futuro (Lenharo; Rodrigues, 2022), a esperança é a de que o Museu Nacional consiga reafirmar a sua forte vocação para a pesquisa. Ao mesmo tempo, siga fiel à sua tradição, na contemporaneidade, de ser um museu popular, empenhado na divulgação e na produção do conhecimento como “instrumento de inclusão social, mantendo viva sua inserção na sociedade em um mundo mais amplo do compartilhamento da memória como um bem comum universal” (Baumann, 2018, p. 12). E que, afinal, os vestígios arqueológicos das antigas cidades romanas – duas vezes resgatados das cinzas – continuem a valer pelas respostas que podem dar às nossas perguntas.

REFERÊNCIAS

AFRESCOS de Pompeia: a beleza revelada. Rio de Janeiro: MNBA, 2005. (Catálogo de exposição)

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Pavoroso espetáculo: o culto ao Vesúvio no Rio de Janeiro oitocentista. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, 2017. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803603>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/ptPCfDXhLCJHM3Qn3qDTJwv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2024.

AVELLA, Aniello A. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos, 1843-1889*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

AZEVEDO, Evelyne. A coleção Teresa Cristina: a idealização e falência de um projeto cultural para o Brasil. *Concinnitas*, a. 19, n. 34, dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/39890>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAUMANN, Thereza. O Museu Nacional vive? *Figura: Studies on the Classical Tradition*, Campinas, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/figura/article/view/9948>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BEARD, Mary. *Pompeia: a vida de uma cidade romana*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

CORTI, Egon Caeser C. *Vida, morte e ressurreição de Herculano e Pompeia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DORONZO, Domenico *et al.* The 79 CE eruption of Vesuvius: A lesson from the past and the need of a multidisciplinary approach for developments in volcanology. *Earth-Science Reviews*, v. 231, August 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.earscirev.2022.104072>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0012825222001568?via%3Dihub>. Acesso em: 7 jul. 2024.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira *et al.* *Dalla nostra terra: as contribuições “geognósticas” italianas ao Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2017.

FERRARA, Antonio. Pompei, un’iscrizione cambia la data dell’eruzione: avvenne il 24 ottobre del 79 d.C. *La Repubblica*, 16 de outubro de 2018. Disponível em: https://napoli.repubblica.it/cronaca/2018/10/16/news/pompei_un_iscrizione_cambia_la_data_dell_eruzione_avvenne_il_24_ottobre_del_79_d_c_-209083048/. Acesso em: 3 jul. 2024.

GAUTIER, Théophile. *Arria Marcella, lembrança de Pompeia*. São Paulo: Scrinium, 1999.

GERBI, Antonello. *Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIACOMELLI, Lisetta; SCANDONE, Roberto; ROSI, Mauro. The loss of geological memory of past catastrophes: the case of Pompeii. *Annals of Geophysics*, v. 64, n.5, p. VO547, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4401/ag-8631>. Disponível em: <https://www.annalsofgeophysics.eu/index.php/annals/article/view/8631>. Acesso em: 3 jul. 2024.

JACOBELLI, Juciana (ed.). *Além de Pompeia: redescobrindo os encantos de Stabiae*. Rio de Janeiro: UERJ; Restoring Ancient Stabiae Foundation, 2012.

LENHARO, Mariana; RODRIGUES, Meghie. Can a National Museum Rebuild Its Collection Without Colonialism? *The New York Times Magazine*, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/11/09/magazine/brazil-national-museum-indigenous.html> Acesso em: 3 jul. 2024.

LIMA, Tania; RABELLO, Angela. Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 245-274, 2007.

MUSEU NACIONAL. *Relatório anual 2020*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2021. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/relatorios-anauais/index.html> . Acesso em: 3 jul. 2024.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

NOSSO afresco de Pompeia é restaurado na Itália e ganha exposição. Boletim Harpia - Museu Nacional/UFRJ, n. 11, jun. 2022. Disponível em: <https://harpia.mn.ufrj.br/afresco-restaurado/> . Acesso em: 4 jul. 2024.

PÉREZ-DIEZ, Silvia *et al.* When Red Turns Black: Influence of the 79 AD Volcanic Eruption and Burial Environment on the Blackening/Darkening of Pompeian Cinnabar. *Analytical chemistry*, v. 93, n.48, p. 15870-15877, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1021/acs.analchem.1c02420> . Acesso em: 20 ago. 2022.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi: Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. Apresentação e notas de Emilia Amaral. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. [1 edição 1888].

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

RICCIARD, Giovanni P. *Diario del Monte Vesuvio: venti secoli di immagini e cronache di un vulcano nella città*. Napoli: Osservatorio Vesuviano, 2009. 3 t.

RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (org.); CARVALHO, Luciana; REIS, Gabriel C. S (Eds.). *500 dias de resgate: memória, coragem e imagem*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2021. (Série Livros Digital, 2)

RODRÍGUEZ, Débora Lagreca. *O tráfego de bens arqueológicos no século XIX: estudo da Coleção Teresa Cristina no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Território) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002.

SANTOS, Sandra Ferreira dos. A Coleção Teresa Cristina do Museu Nacional do Rio de Janeiro: as possibilidades de uma coleção. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 30, p. 148-160, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2018.116341>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/116341>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do IEB*, n. 46, p. 123-164, fev. 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i46p123-164>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34602>. Acesso em: 3 jul. 2024.

STOIANI, Raquel; GARRAFFONI, Renata Senna. Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. *Revista de História da Arte e da Cultura*, Campinas, n. 6, p. 69-82, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15731>. Acesso em: 11 jul. 2024.

VALENCIO, Norma *et al.* (org.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

